

# MEMÓRIA COLETIVA E CRISE IDENTITÁRIA DE ITAPERUNA

*Data de aceite: 02/01/2024*

**Ana Gualda Braz Tomassini**

<http://lattes.cnpq.br/4290534306996242>

**Alessandra Gualda Braz Tomassini**

<http://lattes.cnpq.br/0276438941372855>

**RESUMO:** Memória, história e patrimônio são o tripé onde, geralmente as sociedades se reconhecem. Esses conceitos não ficaram no passado são vivos e se relacionam com a época em que estão sendo produzidos, são retratos do presente e apontam para o futuro. Como são conceitos que são construídos e reconstruídos, são passíveis de manipulação e é por esse motivo que é fundamental a organização de políticas públicas para a preservação e divulgação da memória, da história e do patrimônio de uma cidade. Esse texto traz um estudo de caso: a cidade de Itaperuna, do noroeste fluminense.

**ABSTRACT:** Memory, history and patrimony are the tripod on which societies generally recognize each other. These concepts are not left in the past, they are alive and relate to the time in which they are being produced, they are portraits of the present and point to the future. As they are concepts

that are constructed and reconstructed, they are subject to manipulation and it is for this reason that the organization of public policies for the preservation and dissemination of the memory, history and heritage of a city is fundamental. This text presents a case study: the city of Itaperuna, in the northwest of Rio de Janeiro.

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem.”

Jacques Le Goff

Entender história e memória como instrumentos de libertação dentro das sociedades é perceber a importância e a preocupação crescente com a historiografia, ou seja, a história da história. Tal preocupação deve ser entendida a partir do reconhecimento do fato de que cada época produz sua própria representação do passado histórico. A história não possui objetividade total, sendo construída a partir

de escolhas, ao contrário do que postulava grande parte dos historiadores do século XIX. Essas escolhas estão estreitamente ligadas aos ideais e às concepções da época em que são concebidas. Portanto, já não é de hoje que história e memória não se encontram mais presas no passado. História e memória fazem parte do presente e, como afirma Le Goff, são instrumentos para o futuro.

Assim como os conceitos de memória e história, também a concepção de patrimônio, atualmente, foi ampliada, tornando-o, cada vez mais, parte do cotidiano das comunidades. Mais do que grande valor histórico ou artístico de algum espaço, identifica-se no patrimônio algo que seja referência, o que se toca ou o que se sente, o material e o imaterial.

Segundo definição de Hugues de Varine-Boham, exposto em livro do arquiteto Carlos Lemos<sup>1</sup>, o patrimônio cultural pode ser dividido em três categorias: os elementos da natureza; o conhecimento, as técnicas, o saber e o saber fazer e por fim, os bens culturais, como por exemplo objetos, artefatos, construções, etc.

Pode-se então, fundamentar o patrimônio cultural de uma comunidade em sua memória coletiva, fazendo dele, de certa forma, a expressão mais viva, e em alguns casos, mais visível desta memória coletiva. Paisagens, arquitetura, costumes e tradições, culinária e festas, fazem parte deste grande patrimônio cultural.

Assim sendo, o patrimônio não é mais peça de museu e se encontra, do mesmo modo que a memória coletiva e a história, inserido no desenvolvimento sócio econômico de uma comunidade.

Memória coletiva, assim como a história que nela se fundamenta, são passíveis de manipulação<sup>2</sup>. A história é uma reconstrução que seleciona aquilo o que deve ser lembrado ou esquecido. A partir das vozes de uns poucos, e de grandes silêncios, podemos entender por quais caminhos cada sociedade quer conduzir o seu passado.

A questão da elaboração de políticas públicas para a proteção do patrimônio cultural de uma cidade, estado ou até mesmo de um país pode ser uma boa pista para o entendimento de como a comunidade lida com o seu passado, e como este passado tem força, para democratizar e libertar, ou para construir uma política baseada em exclusão.

Alguns trabalhos brilhantes já foram elaborados sobre a manipulação da memória pelo Estado, ou pelas camadas dominantes de diversas sociedades, e como tal fato reflete na elaboração de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. O que está aqui sendo levantado é como essa questão vem sendo tratada por muito tempo em Itaperuna, a maior cidade da região noroeste fluminense, desde sua criação como município, ainda no século XIX, até os dias de hoje, já no século XXI.<sup>3</sup>

Observar os problemas acima apresentados em uma comunidade relativamente

1 Ver LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo. 1995.

2 Mesmo a memória individual, de acordo com observações de Marilena Chauí, é passível de manipulação externa, através da ação da história oficial, como afirma na "Apresentação" do livro *Memória e Sociedade – Lembrança de Velhos*, de Ecléa Bosi.

3 Apesar de uma continuidade, algumas mudanças podem ser percebidas nos últimos anos, mas nada que represente, de fato, um processo de socialização da memória do município.

pequena pode parecer um trabalho de importância menor, mas duas questões me fazem perceber que tal pensamento não tem motivo real. A primeira delas se refere ao fato de Itaperuna ser uma comunidade como qualquer outra, no sentido de haver na cidade movimentos para a conquista do poder e da posição hegemônica pelos grupos que atuam em sua arena social. A segunda questão torna Itaperuna um campo mais interessante, já que é uma cidade em crescimento, que vai tentando acomodar a “vida” de cidade do interior a uma nova realidade.

O itaperunense parece viver um dilema, uma “crise de identidade”, pois ainda não pode ser considerado um cidadão da cidade grande, não se sente “livre” a este ponto<sup>4</sup>, mas também já não mais se reconhece como um habitante de uma “cidadezinha do interior”. Tal dilema parece se refletir também na maneira como o habitante desta cidade lida com a sua memória coletiva: transformá-la em História ou simplesmente livrar-se dela? Esta pergunta dá origem a outras: o que pode ser considerado patrimônio cultural desta cidade? Como lidar com este patrimônio cultural?

De acordo com o censo do IBGE de 2022, Itaperuna possui 101.041 habitantes distribuídos entre a sede do município e seus distritos. No dia 6 de dezembro de 1889, foi elevada à categoria de cidade, tal data, na maior parte das cidades é considerada a mais importante, mas não em Itaperuna. Sua data comemorativa é o 10 de maio, dia em que, no ano de 1889, tomou posse a primeira câmara republicana no país, antes mesmo da proclamação da república. Tal fato pode ser considerado parte da memória coletiva da cidade, realmente é contado com orgulho por aqueles que conhecem a história, mas não chega a ser uma história de “colo de avó”, já que não é um fato que seja de conhecimento de grande parte da população.

É uma cidade de contrastes, que convive com a alta tecnologia de um dos hospitais mais bem montados do Estado do Rio de Janeiro, sendo referência regional em diversas áreas, e com a falta de saneamento básico em boa parte do município; que possui a maior concentração de estabelecimentos de ensino superior da região, mas que ainda sofre com graves problemas no ensino fundamental oferecido pelo município.

Este artigo, como já se deixou perceber, tem suas questões relacionadas à utilização da memória coletiva e da história por uma determinada sociedade, além das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural desta sociedade. Se faz necessário agora explicitar a partir de qual ponto de vista são feitas essas observações.

Em artigos reunidos no livro intitulado “A Economia das Trocas Simbólicas”, Pierre Bourdieu desenvolveu uma série de conceitos que estruturou o que ele chamou de “mercado de bens simbólicos”.

O primeiro destes conceitos é o de “campo intelectual”. De acordo com Bourdieu, o campo intelectual é um desdobramento do “campo de poder”, quer dizer, um espaço

---

4 “(...) o homem metropolitano é ‘livre’ em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiam o homem da cidade pequena.” (SIMMEL, 1976, 20).

simbólico onde atuam e disputam agentes sociais, que visam a hegemonia sobre o mesmo; em seu interior são disputados espaços, são feitas alianças e são constituídos “capitais simbólicos”.

Procurando dar aplicabilidade aos conceitos formulados por Bourdieu, as políticas de resgate/reconstrução da memória coletiva e da história, além das políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural da cidade são forças que servem de “capital simbólico” nas lutas entre os personagens que procuram sua legitimação dentro do campo intelectual e conseqüentemente, do campo de poder.

De acordo com algumas observações<sup>5</sup>, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade de Itaperuna são inóspitas, para não reconhecer, praticamente inexistentes. O maior projeto em andamento é o relativo ao mais importante patrimônio natural da cidade, o rio Muriaé. O projeto organiza um consórcio de todos os municípios banhados pelo rio, visando a sua proteção.

Na Secretaria Municipal de Educação não existe projeto que vise o resgate da memória coletiva ou o resgate e preservação do patrimônio cultural local, seja ele material ou não. Existem sim, algumas iniciativas isoladas de professores, coordenadores ou algumas escolas neste sentido, principalmente no que diz respeito ao resgate da história oficial da cidade e coleta de documentos como fotografias antigas da localidade.

Em relação à Secretaria de Cultura, o apoio que se dá também é bastante restrito, como por exemplo o incentivo a feiras, festas ou festivais. O último projeto idealizado e organizado pela Secretaria foi em 2002, o “Escritos de Itaperuna”, tinha por objetivo “identificar, valorizar, disseminar e recompensar escritores do município de Itaperuna, através do concurso literário de crônicas, aberto a todas as pessoas residentes no município de Itaperuna”<sup>6</sup> que tinha como tema “Um personagem de Itaperuna”. Esta sim, pode ser considerada uma iniciativa de maior importância, já que as melhores crônicas foram inclusive publicadas em livro editado pela prefeitura com auxílio de empresários locais.

Quando se quer ter conhecimento sobre a história itaperunense, podemos recorrer basicamente a dois livros que já não são mais editados a algum tempo: “A Terra da Promissão”, do Major Porfírio Henriques, de 1956 e “O desenvolver de um município – Itaperuna – Do germinar à frutificação” da professora Dulce Diniz, de 1985. Ambos resgatam o passado oficial da cidade, tendo como principais fontes históricas documentos escritos, relatórios oficiais, anuários...

Por outro lado, não é incomum se ter notícias de instituições privadas – como escolas particulares, ongs, academia de letras – e de membros isolados da sociedade, que têm mostrado uma atuação bem mais intensa principalmente na tentativa de tornar o patrimônio

---

5 Tais levantamentos foram feitos a partir de uma série de entrevistas nas Secretarias Municipais de Cultura e Educação, Departamento de Comunicação da Prefeitura, além de membros da sociedade civil organizada, como por exemplo o Professor Flávio Lemos, presidente da Ong Puris.

6 Secretaria Municipal de Cultura de Itaperuna. Regulamento do Primeiro Concurso Literário de Crônicas. p. 1.

cultural algo mais próximo do cotidiano, instrumento de referência e identificação.

Não se pode também esquecer das “famílias tradicionais” da cidade. A elas estão ligadas grandiosas partes da memória coletiva, da história oficial e dos patrimônios culturais – principalmente no que diz respeito aos monumentos da cidade, aos nomes das ruas – e que por tudo isto, são detentoras de um alto capital simbólico dentro não só do campo intelectual da cidade, mas também nos campos político e econômico.

Desta forma, percebemos que a falta de políticas públicas mais eficazes e contínuas de difusão e preservação da memória coletiva, história e do patrimônio cultural de Itaperuna, faz com que a iniciativa de alguns membros e instituições da sociedade exerçam tal papel, transformando memória, história e patrimônio cultural em “capitais simbólicos” e utilizando-os – salvo raríssimas exceções – em instrumento de exclusão e perpetuação de suas posições privilegiadas não só no campo intelectual, mas também nos campos político e econômico, já que nesta cidade, tais campos estão estreitamente relacionados.

Essas observações geram uma gama de reflexões sobre questões que estão intimamente relacionadas com as políticas sociais de caráter epistemológico, como por exemplo a democratização do acesso à memória, pensada esta como uma forma de tornar mais fluido e amplo o direito à informação, ao passado e ao patrimônio cultural daí decorrente, tudo isso em favor do fortalecimento da cidadania e da reconstrução de um discurso de caráter histórico.

Uma outra questão também pode ser levantada: a preocupação com a política de preservação do patrimônio cultural na região noroeste fluminense, região esta que sempre sofreu uma contumaz desatenção por parte das autoridades, não só locais, mas também do próprio estado.

A redescoberta e o resgate da memória/história/patrimônio cultural de Itaperuna e de outras cidades dos arredores pode se mostrar um incentivo ao poder público em relação à elaboração de políticas mais eficientes neste sentido, descobrindo, quem sabe, novas relações entre a cidade e a sua história e seu patrimônio cultural, fazendo-os presentes no cotidiano da comunidade.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. São Paulo. Edusp. 1987.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo. Perspectiva. 2002. 17ª edição.

FRAGOSO, João e Florentino, Manolo. O arcaísmo como projeto. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2001. 4ª edição.

HENRIQUES, Major Porfírio. A Terra da Promissão. Rio de Janeiro. Editora Aurora. 1956.

IBGE. Cidades. Disponível em < <http://www.ibge.gov>>

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas. Editora da Unicamp. 1992. 2ª edição.

LEMOS, Carlos A. C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo. Brasiliense. 1981. 4ª edição.

MICELLI, Sérgio (org). A economia das trocas simbólicas. São Paulo. Perspectiva. 1992. 3ª edição.

SANTOS, Afonso Carlos marques. "Memória cidadã – História e patrimônio cultural". In: Anais do Museu Histórico Nacional. Vol.29 – 1997. Rio de Janeiro. 1997.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. São Paulo. Brasiliense. 1988. 7ª edição.

SIMMEL, G. "A metrópole e a vida mental". In: VELHO, Otávio (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro. Zahar. 1976.

SOUZA, Flávio Lemos e BERNA, Vilmar. O rio Muriaé e sua ecologia – Geografia e História. Itaperuna. Gráfica e editora Hoffmann. 2002.